

3º PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

A **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - FINDES**, reconhecendo a importância e a necessidade de existirem regras claras referentes à preservação dos direitos humanos, vem, de forma veemente, se posicionar contra um conjunto de aspectos incluídos no 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e conclama o Congresso Nacional, em particular a bancada capixaba, a retirar do texto os seguintes pontos que ameaçam as instituições democráticas, a liberdade de expressão, o direito à propriedade privada, as convicções culturais e o desenvolvimento tecnológico.

1. Criação de Comissões da Sociedade Civil que se sobrepoem aos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público

É previsto a criação de inúmeras instâncias burocráticas, tais como conselhos federais, estaduais e municipais, ouvidorias e observatórios. Apóia a criação de fóruns, redes e ações da sociedade civil para fazer o acompanhamento, controle social e monitoramento dos órgãos públicos e visa “estimular o debate sobre a regulamentação e efetividade dos instrumentos de participação social e consulta popular, tais como lei de iniciativa popular, referendo, veto popular e plebiscito”. Enfim, dá à Presidência da República, bem como aos governadores de Estado e prefeitos, a possibilidade de atuar à margem dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

2. Tentativa de controle da imprensa

Prevê a elaboração de critérios de acompanhamento editorial, a fim de criar ranking nacional de veículos de comunicação comprometidos com o tema, assim como para os que cometem violações, além da cassação de outorga, de acordo com a gravidade do ato praticado. É clara a intenção de restringir a garantia do direito à comunicação, caso as empresas de comunicação não sigam as diretrizes oficiais em relação aos direitos humanos.

3. Não repressão à invasão de terras

Destaca que se deve assegurar a criação de marco legal para a prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, garantindo o devido processo legal e a função social da propriedade e propõe a elaboração de projeto de lei voltado para regular o cumprimento de mandados de reintegração de posse. Propõe a elaboração de projeto de lei para institucionalizar a utilização da mediação como ato inicial das demandas de conflitos agrários e urbanos, priorizando a realização de audiência coletiva com os envolvidos, com a

presença do Ministério Público, do poder público local, órgãos públicos especializados e Polícia Militar, como medida preliminar à avaliação da concessão de medidas liminares, sem prejuízo de outros meios institucionais para solução de conflitos.

Esses pontos aumentam a insegurança jurídica no campo e é flagrantemente inconstitucional, ao condicionar a concessão de liminares nas disputas agrárias a uma mediação preliminar e ir contra ao direito de propriedade.

4. Restrição ao agronegócio

O PNDH-3, ao definir os parâmetros sobre Direitos Humanos e Desenvolvimento, questiona “os investimentos em infraestrutura e modelos de desenvolvimento econômico na área rural, baseados, em grande parte, no agronegócio, sem a preocupação com a potencial violação dos direitos de pequenos e médios agricultores e das populações tradicionais”.

Nesse sentido, o PNDH-3 encara o agronegócio com preconceito, como se ele fosse o responsável pela falta de políticas públicas que possam assegurar o desenvolvimento desses agricultores e populações.

5. Proibição de símbolos religiosos

O PNDH-3 coloca que se devem desenvolver mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos da União. Trata-se, claro, de uma referência ao crucifixo, suprimindo um traço da formação cultural do povo brasileiro, em sua grande maioria cristã.

6. Inibição ao desenvolvimento tecnológico

Desenvolver e divulgar pesquisas públicas para diagnosticar os impactos da biotecnologia e da nanotecnologia em temas de Direitos Humanos. Como o PNDH-3 trata dos mais variados temas, sob a égide dos Direitos Humanos, esse ponto poderá inibir o desenvolvimento tecnológico brasileiro em biotecnologia e nanotecnologia, atrasando, ainda mais, o Brasil em relação aos países desenvolvidos.

Com esses posicionamentos, a FINDES entende que está contribuindo, concretamente, para que o Brasil tenha um arcabouço jurídico que permita avançar, de forma democrática, em relação aos Direitos Humanos, esperando que outras Instituições Capixabas, bem como suas congêneres Federações de Indústrias dos estados e Distrito Federal, além da Confederação nacional da Indústria – CNI, também se posicionem contra os aspectos que ferem o estado de direito em nosso País e incluídos no PNDH-3.